

Monetário Internacional de aferição do cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal (PAEF);

A participação no desenvolvimento e implementação do novo modelo de acompanhamento da execução orçamental da Administração Central (2013), baseado nas previsões mensais de execução dos organismos da Administração Central para acompanhamento dos objetivos em termos de saldo global da Administração Central implícito ao Orçamento do Estado para 2014.

Concebeu e implementou o sistema de controlo de qualidade da informação utilizada na síntese mensal de execução orçamental da Direcção-Geral do Orçamento, bem como participou na redação deste documento e na elaboração de quadros e gráficos que o integram.

Foi membro do Grupo de Trabalho para a revisão do Classificador Económico das Receitas e das Despesas, constituído por despacho da Senhora Diretora-Geral do Orçamento de 27 de novembro de 2013, assegurando a área especificamente direccionada para a despesa da Administração Central.

Participou em reuniões com a Comité de Normalização Contabilística Pública (CNCIP) visando assegurar a consistência entre o classificador orçamental e o plano de contas da contabilidade financeira.

Cooperou na elaboração de uma proposta de revisão do atual classificador económico da receita e despesa públicas (Decreto-Lei n.º 26/2002 de 14 de fevereiro), para a utilização de contas SNC-AP na execução, controlo e prestação de contas orçamentais, mapas orçamentais e notas explicativas para utilizar na execução, controlo e prestação de contas orçamentais.

Foi nomeado adjunto do Gabinete do Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento em 10 de março de 2011.

Encarregue do acompanhamento da execução orçamental Administração Central e da Segurança Social, na vertente da análise e parecer aos processos de natureza orçamental submetidos à consideração do Senhor SEAO, tendo ainda produzido séries de dados de natureza orçamental para suporte de decisão.

Participou e colaborou nas reuniões preparatórias conducentes à elaboração do Memorando de Entendimento sobre as Condicionaisidades de Política Económica, sobre a concessão de assistência financeira da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional a Portugal.

A colaboração nas atividades desenvolvidas no âmbito do Gabinete foi objeto de louvor público, publicado no *Diário da República* 2.ª série n.º 133, de 13 de julho de 2011.

Início funções na Direcção-Geral do Orçamento em 2006, tendo participado na elaboração de vários pareceres sobre procedimentos da execução orçamental, no acompanhamento da execução do orçamento das entidades que integram a Administração Central, sobretudo das que são dotadas de autonomia administrativa e financeira. Colaborou, ainda, no desenvolvimento de sistemas informáticos para apoio da gestão orçamental.

Formação profissional mais relevante:

Formação em Planeamento e controlo da Produção especialmente o sistema de administração da produção “Just in time”.

Participação no EGPA XII PSG Workshop: “New challenges for Public Sector Accounting” cujo objetivo geral foi proporcionar um fórum sobre as normas internacionais de contabilidade do setor público, sobre a adoção das normas internacionais da contabilidade pública (IPSAS).

208427187

Instituto Português do Sangue e da Transplantação, I. P.

Aviso n.º 2127/2015

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 726/2014 — Ref. 2013/AT2, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2014, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Técnico, com a remuneração correspondente à 1.ª posição remuneratória da categoria, nível remuneratório 5 da tabela remuneratória única, com os trabalhadores:

José Miguel Fonseca da Cruz
Luís Miguel da Silva Cunha
Sérgio Miguel Araújo Santos Rodrigues

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental dos trabalhadores terá a seguinte composição:

Presidente — Ana Isabel Graça Marques, Técnica Superior do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — António da Silva Rodrigues, Coordenador Técnico do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Isabel Maria dos Santos Queiroz, Coordenadora Técnica do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 120 dias, correspondente à duração determinada pelos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Coletivo de trabalho n.º 1/2009, publicado no DR, 2.ª série, n.º 188, de 28 de setembro, aplicável a todos os trabalhadores que não tenham exercido o direito de oposição, nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

04 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Helder Fernando Branco Trindade*.

208428864

Aviso n.º 2128/2015

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 727/2014 — Ref. 2013/AO3, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 11, de 16 de janeiro de 2014, foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores abaixo identificados, para o exercício de funções correspondentes à carreira/categoria de Assistente Operacional:

Nome	Data de início	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Carlos Miguel Alves Lemos.	15 de setembro de 2014	Entre a 3.ª e a 4.ª	Entre o 3 e o 4
José Alberto Monteiro Silva Duarte.	17 de setembro de 2014	Entre a 1.ª e a 2.ª	Entre o 1 e o 2
Maria Conceição Leite Cabral	17 de setembro de 2014	Entre a 1.ª e a 2.ª	Entre o 1 e o 2
Maria Manuela Sárria Guimarães Vasconcelos Moura de Castro	15 de setembro de 2014	Entre a 3.ª e a 4.ª	Entre o 3 e o 4
Maria Oliveira Silva.	17 de setembro de 2014	Entre a 7.ª e a 8.ª	Entre o 7 e o 8

Para efeitos do disposto nos artigos 46.º e 48.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o júri para o período experimental dos trabalhadores terá a seguinte composição:

Presidente — Maria João Ferreira Medeiros dos Reis Camelo, Técnica Superior do mapa de pessoal do IPST, IP;

1.º Vogal Efetivo — Ana Paula de Sousa Mota, Técnica de 2.ª Classe de Análises Clínicas e de Saúde Pública do mapa de pessoal do IPST, IP, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos; e,

2.º Vogal Efetivo — Isabel Cristina Morgado dos Santos Vieira, Enfermeira do mapa de pessoal do IPST, IP.

O período experimental inicia-se com a celebração do contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto

na alínea a) do n.º 1 do artigo 49.º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

04 de fevereiro de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Helder Fernando Branco Trindade*.

208428807

Aviso n.º 2129/2015

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum aberto por Aviso n.º 5960/2014 — Ref.ª 2014/AT2, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 91, de 13 de maio de 2014, foi celebrado contrato de trabalho em